

Márcia Teixeira Filgueira
Forte
Thais Alessandra Bastos
Caminha Sanjad

t

RAJETÓRIA DO PENSAMENTO
PRESERVACIONISTA EM BELÉM A
PARTIR DOS TOMBAMENTOS
INDIVIDUAIS E EM CONJUNTO

pós- | I

RESUMO

O século XX representa o período de surgimento e consolidação da temática preservacionista no Brasil. Dentro desse quadro, a cidade de Belém passa por inúmeras transformações resultantes das mudanças no modo encarar o seu patrimônio construído. O objetivo principal deste artigo é entender o processo de preservação e transformação do Centro Histórico de Belém a partir da análise da trajetória do pensamento preservacionista no país e conseqüentemente na capital. O tema foi abordado por meio de pesquisa teórica e documental e subdividido em três momentos: o primeiro compreende as décadas de 1930 e 1960, época dos primeiros tombamentos individuais em Belém; o segundo abrange as décadas de 1960 a 1980 e caracteriza-se pelos tombamentos dos conjuntos paisagísticos e inclusão dos entornos à leitura dos monumentos; e o terceiro momento, que se inicia na década de 1990 com o tombamento do Centro Histórico de Belém em esfera municipal e repercute até os dias atuais, ampliando a abrangência de proteção a conjuntos urbanos. O avanço proveniente do processo de transformação do pensamento preservacionista permitiu a observação do patrimônio de forma mais abrangente, garantindo a preservação da ambiência de conjuntos urbanos da cidade, porém, muitas vezes, ainda não é suficiente para frear algumas intervenções de caráter amplamente transformador. Há de se destacar que, para que essa discussão continue a evoluir, em detrimento da salvaguarda de nosso patrimônio cultural, faz-se necessário o investimento na educação básica e na formação profissional com compromisso preservacionista.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio arquitetônico. Preservação de bens culturais. Centro histórico de Belém. Políticas de proteção ao patrimônio.



[HTTP://DX.DOI.ORG/10.11606/ISSN.2317-2762.POSFAU.2020.128966](http://dx.doi.org/10.11606/ISSN.2317-2762.POSFAU.2020.128966)

Pós, Rev. Programa Pós-Grad. Arquit. Urban. FAUUSP. São Paulo, v. 27, n. 50, e128966, 2020.

EVOLUTION OF THOUGHT
PRESERVATIONIST IN BELÉM FROM
THE INDIVIDUAL PROTECTION AND
IN GROUP

ABSTRACT

The 20th century represents the period of appearance and consolidation of the preservationist's theme in Brazil. In this context, the city of Belém passes through many changes, resulting from changes in the way we envisage its built heritage. The main objective of this Article is to understand the process of preservation and transformation of Historic Center of Belém, starting from an analysis of the evolution of thought preservationist in the capital. The topic was addressed by means of research theoretical and documentary, and subdivided into three times: The first time, between the 1930s and 1960s, a time of the first individual tipping over in the capital; the second time, that spans the decades from 1960 to 1980, and is characterized by protection of landscaped and inclusion of environments reading of monuments; and the third time, which begins in the 1990s, with the registration of the Historic Center of Belém in municipal sphere, and reverberates to the present day, highlighting the period in which the asset is seen in a wider way, including urban complexes. The advance from the maturation process of the preservationist approach allowed the observation of the heritage of a more comprehensive, guaranteeing the preservation of ambiance of urban complexes of the city, however, many times, it is not yet sufficient to brake some interventions of character widely transformer. It is important to highlight that, in order for this discussion to continue to evolve, to the detriment of the protection of our cultural heritage, there is a need for investment in basic education and in vocational training with commitment preservationist.

KEYWORDS

Architectural Heritage. Preservation of cultural heritage. Historic Center of Belém. Politics for the protection of the cultural heritage.

INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, científicas e socioculturais ocorridas ao longo do século XX no Brasil surgiram em sintonia com uma Europa que se encontrava em acelerado processo de modernização e, simultaneamente, se movimentava na tentativa de reconstrução das cidades, reduzidas a escombros deixados como legado da Primeira Guerra Mundial e de valorização do patrimônio remanescente.

Num ambiente marcado pelo surgimento do Movimento Moderno nacional e de significativos avanços nas políticas de preservação no país, da qual foram pioneiras as propostas das primeiras Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928), nasce um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)¹, a partir do anteprojeto de Mário de Andrade, reformulado por Rodrigo M. F. de Andrade, e com corpo técnico composto por intelectuais modernistas com grande representatividade no cenário nacional, dentre os quais merecem destaque Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Joaquim Cardoso, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, dentre outros.

Com a criação do Iphan em 1937 a partir da promulgação do decreto-lei nº 25 de 30 de novembro e sob a égide do pensamento modernista, são promovidas políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, com o objetivo de, através do tombamento², evitar a perda de obras e objetos artístico-históricos responsáveis pela manutenção de nossas tradições.

Dentro desse contexto, Belém, que passara por um período de grandes transformações arquitetônicas e em sua estrutura urbana entre 1870 e 1912, sendo o início do século XX marcado pelo ecletismo de suas residências particulares, presencia um novo ciclo de mudança no modo de projetar. A demolição desses casarões ecléticos da avenida Quinze de Agosto, atual avenida Presidente Vargas, e a construção dos primeiros exemplares arquitetônicos influenciados pelo racionalismo europeu, com diretrizes de conceitos voltados à funcionalidade, eficiência e economia – herança da padronização industrial –, neste que seria o eixo de expansão da cidade, representa o início dessa nova fase.

O processo que se desenvolve desde a criação e estruturação do Iphan na capital paraense, passando pela verticalização da avenida Quinze de Agosto e de outras áreas do núcleo histórico, iniciado com tombamentos individuais até o tombamento de todo o conjunto em esfera municipal e, posteriormente, federal, demonstra de que forma cidade sofre as consequências da trajetória do pensamento preservacionista.

¹ Apesar de ter sido criado como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), será utilizado, ao longo deste artigo, ao mencionar o órgão nacional de proteção a denominação atual (Iphan) independente da época a que se referir.

² De acordo com o Iphan (BRASIL, 2016), *tombamento* é um ato administrativo do Poder Público que tem por objetivo a preservação dos bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor emocional, evitando a destruição ou descaracterização desses.

Ao analisar essas mudanças, foram percebidos três momentos marcantes na trajetória conceitual do patrimônio construído em Belém: O período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960 marca o primeiro momento, época inicial dos primeiros tombamentos individuais na capital; o segundo abrange as décadas de 1960 a 1980 e caracteriza-se pelos tombamentos dos conjuntos paisagísticos e a inclusão dos entornos à leitura dos monumentos; o terceiro momento, iniciado na década de 1990 com o tombamento do Centro Histórico de Belém em esfera municipal, que repercute até os dias atuais, destaca o período em que o patrimônio é encarado de forma mais ampla, incluindo conjuntos urbanos. É relevante observar que cada etapa de desenvolvimento conceitual de patrimônio influi na constituição urbana do centro histórico da cidade e como ainda hoje reverberam nas ações tomadas referente à região.

I MOMENTO (1930-1960): VERTICALIZAÇÃO × PRIMEIROS TOMBAMENTOS INDIVIDUAIS

Acompanhando as transformações urbanas pelas quais passava o país nas primeiras décadas do século XX, Belém seguia modernizando-se e expandindo sob a sombra dos novos conceitos modernistas que permeavam as principais capitais. A metamorfose na fisionomia da cidade, iniciada na avenida Quinze de Agosto durante a década de 1930, por meio de reformas urbanísticas de expansão e da construção dos primeiros “arranha-céus” da capital, atribui uma nova identidade ao centro, conferindo à avenida extrema relevância como um marco de transição a novos modelos arquitetônicos.

A ocupação desse importante eixo de expansão da cidade foi incentivada por doações de terrenos para que fossem construídos edifícios com três ou quatro andares durante a administração de Manuel Barata, na década de 1930, de modo a encorajar a urbanização e verticalização na área, na década seguinte recebeu o estímulo do então prefeito Jerônimo Cavalcanti, que estabeleceu gabaritos para as construções da cidade, dando destaque para as edificações da avenida, que deveriam ter no mínimo dez andares, como citado em jornal da época:

Como se sabe, a remodelação de Belém vem desde algum tempo obedecer ao plano traçado pelo arquiteto Jerônimo Cavalcanti, tendo adotado a prefeitura, diversas providências para a sua execução, em especial ao centro urbano. Uma das medidas mais importantes adotadas pela prefeitura foi a fixação de alguns gabaritos mínimos, que são dez andares para a avenida 15 de Agosto, de três para o centro comercial e de dois para o centro residencial urbano de primeira classe, que compreende todas as ruas calçadas de Belém. (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 11 de abril de 1947).

A capital paraense, a partir de então, daria início ao seu processo de “modernização” e verticalização, acompanhando o cenário nacional, e de busca por uma expressão regional dessa arquitetura. O pensamento progressista dos que representavam o Movimento Moderno em Belém, junto aos empresários e da classe média alta, imbuídos por novos conceitos de moradia, foi responsável pela destruição de grande parte da memória da cidade, em prol de uma nova arquitetura que, ao mesmo tempo em que absorvia princípios da doutrina moderna, ainda sofria forte influência dos estilos precedentes.

Figura 1 – A) *Slogan* de campanha publicitária do Edifício Manuel Pinto da Silva. B) *Slogan* de campanha publicitária do edifício Palácio do Rádio

Fonte: A) Jornal *O Liberal*, 1960; B) Jornal *Folha do Norte*, 1956. Ambas provenientes do acervo de Flávio Nassar.



pós- 5

As campanhas publicitárias traduziam claramente as mudanças no modo de fazer e viver a arquitetura na década de 1950, com *slogans* voltados ao conceito de modernidade, que buscavam atrair consumidores em busca de novidades (Figura 1).

Com orgulho entrega à cidade de Belém o seu majestoso edifício, uma das mais altas construções do mundo [...] Venha ver Belém do alto! [...] Edifício “Manuel Pinto da Silva”, o “top” da cidade. (Lançamento do edifício Manuel Pinto da Silva. Jornal *O Liberal*, 1960).

É nesse contexto que o núcleo primitivo da cidade, com a morfologia arquitetônica do século XVIII alterada e descaracterizada de sua significação histórica, começa a sofrer as consequências da nova arquitetura vertical, que avança demolindo edifícios antigos e marcando presença ao lado dos remanescentes seculares.

A percepção dessas mudanças na avenida Quinze de Agosto é diferente do incômodo gerado pela inserção dessa arquitetura moderna e verticalizada dentro do núcleo central, que perde muito de sua identidade com a convivência desarmônica com esses exemplares modernistas.

A mesma cidade que se expande e verticaliza, a partir das décadas de 1930 e 1940, também começa a ser alvo das políticas de preservação, em 1941 ocorrem os primeiros tombamentos individuais realizados pelo Iphan, onde cinco das principais igrejas do núcleo primitivo da cidade – Igreja da Sé; Igreja das Mercês; Igreja Nossa Senhora do Carmo, incluindo o convento e a Capela da Ordem Terceira; Igreja de Santo Alexandre, incluindo o antigo Colégio dos Jesuítas; e a Igreja de São João Batista – são inscritas no Livro do Tombo Histórico.

Até então o Iphan não possuía uma unidade regional e o processo de construção do acervo que representaria o patrimônio nacional, sob o olhar dos

agentes³ envolvidos – responsáveis em atribuir valor ao monumento tombado, seja ele histórico, artístico, ou etnográfico – o tombamento dos cinco primeiros edifícios na capital consideraram apenas aspectos históricos, enfatizando a salvaguarda da memória e salientando a importância dos referidos bens no processo de formação e evolução histórica da cidade, sem qualquer menção de cunho artístico.

Essa postura excludente tinha forte relação com dois importantes episódios que marcaram a vida cultural e política do Brasil na primeira metade do século XX: o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937 (FONSECA, 2005).

Os intelectuais que constituíam o corpo técnico do Iphan assumiam a postura antiburguesa do modernismo, associando o ecletismo ao gosto burguês, que acompanhava os padrões estéticos da *École des Beaux-Arts* francesa, e rompendo com a tradição europeia; a partir de então valorizando a arquitetura colonial, em especial o Barroco dos séculos XVII e XVIII, e a arquitetura moderna da escola carioca, como representantes de uma “*tradição brasileira autêntica*”. Essa postura foi sintetizada anos mais tarde pela arquiteta Dora Alcântara (apud FONSECA, 2005, p. 222) da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET):

Nossa sensibilidade, hoje em dia, inclina-se com mais facilidade para as construções do período colonial e da primeira metade do século XIX, não só pelo fato de serem o que de mais antigo possuímos, como patrimônio arquitetônico, como também porque a adequação da plástica à técnica construtiva com que eram concebidas encontra eco na maneira de considerarmos a arquitetura contemporaneamente.

Um dos primeiros monumentos tombados em Belém, a Igreja da Sé representa bem o início dessa consciência preservacionista. À edificação religiosa é atribuído inegável valor histórico por ser a mais antiga da cidade, porém não se menciona o excepcional valor artístico da igreja transformada em catedral após longo período de reforma (1748-1771), no qual os desenhos da fachada primitiva foram substituídos por uma composição neoclássica do arquiteto Antônio Landi.

Na década de 1940, época dos primeiros tombamentos em Belém, a legislação existente previa apenas a proteção individual dos monumentos, com penas específicas para o caso de demolição ou dano ao edifício tombado⁴, e, apesar de fazer menção à visibilidade do monumento⁵, a ausência de políticas de proteção voltadas para conjuntos ou entorno dos mesmos deixava-os muitas vezes acanhados num contexto em constante transformação.

No caso da Catedral da Sé, pode-se perceber uma clara mudança na ambiência de seus arredores. O Largo da Sé já havia passado por inúmeras transformações desde sua constituição, porém, a demolição de sobrados vizinhos à Catedral, na década de 1940, evidenciou de forma agressiva essa alteração, com reflexo direto na visibilidade e percepção espacial do local.

Com as demolições, o cenário visual da Catedral da Sé ganhou nova leitura, a partir do alargamento proporcionado pela lacuna deixada na área, interferindo na composição do conjunto, e conseqüentemente na imagem da edificação e dos monumentos vizinhos, como é o caso da Igreja de Santo Alexandre (Figura 2).

³ “O agente encarregado da atribuição do valor, segundo o decreto-lei número 37 é a autoridade estatal competente – Conselho Consultivo do SPHAN” (FONSECA, 2005).

⁴ Art. 17, Cap. III, Decreto-lei nº 25, 1937: As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. (BRASIL, 1937).

⁵ Art. 18, Cap. III, Decreto-lei nº 25, 1937: Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto. (BRASIL, 1937).

Figura 2 – A) Trecho de planta da cidade de Belém em 1758, onde observa-se a Catedral da Sé e sobrados vizinhos na configuração urbana primitiva; B) Trecho de planta da cidade de Belém com data de 1791, da mesma área, antes da demolição dos sobrados; C) Trecho de planta do Centro Histórico de Belém nos dias atuais, onde observa-se a nova configuração urbana do local, após a demolição dos sobrados e alargamento da rua; D) Largo da Sé. Sem data; E) Vista da esquina da Rua Padre Champagnat, com os sobrados, antes de sua demolição na década de 1940, e ao fundo Catedral da Sé; F) Vista de sobrado demolido na esquina da Rua Padre Champagnat, na década de 1940

Fontes: A) Autor: Schwebel. Acervo Flávio Nassar; B) Autor Theodófilo Constantino Chermont. Acervo IHGB; C) Arquivo digital da 2ªSR/IPHAN; D) Autor: Huebner. Acervo Flávio Nassar; E) Foto: Carlos Dauer. Acervo Flávio Nassar; F) Autor desconhecido. Acervo Flávio Nassar.



pós- 7

Essa mesma quadra transformada na década de 1940 posteriormente sofreria uma nova alteração, a partir da construção do Edifício Bechara Mattar, na década de 1980, gerando uma considerável interferência na escala e configuração da paisagem local. O edifício construído no lugar dos antigos sobrados e sem nenhum vínculo com o entorno histórico existente, geraria uma barreira visual à Catedral da Sé, refletindo o pensamento vanguardista da época, e representando a deficiência de atuação estatal na aplicação da legislação federal existente.

Na década de 2000 novas transformações propostas para esta parte da cidade, viriam a alterar ainda mais a paisagem do local, introduzindo uma nova concepção espacial da área, relacionada à forte presença do rio, a partir da demolição do muro do Forte do Castelo e da abertura de uma praça, ao lado do antigo Hospital Militar, atual Casa das Onze Janelas, abrindo o campo visual para o rio.

Essas transformações no núcleo primitivo da cidade, onde estão localizados os primeiros tombamentos da capital, demonstram que os tombamentos individuais não foram capazes de reprimir as alterações no local, e mesmo após a inclusão da área no polígono de proteção do Centro Histórico de Belém, as modificações não foram contidas.

Entre os anos de 1942 e 1950, apenas quatro bens foram tombados pelo Iphan em Belém, todos inscritos no Livro do Tombo Histórico e também no Livro do Tombo das Belas Artes, são eles: o Palácio Antônio Lemos, tombado em 1942; o Palácio Velho, tombado em 1944; o Solar Barão de Guajará e a Igreja N.S. do Rosário, tombados em 1950.

A atribuição de valor artístico ao Palácio Antônio Lemos – construído no final do século XIX com características predominantemente neoclássicas, representadas por seus frontões triangulares, planta simétrica e platibandas substituindo os antigos beirais, mesclado a isso muitos elementos ecléticos em seu interior – representaria o primeiro indício de transformação no pensamento dos agentes responsáveis pelo patrimônio nacional, numa época em que os modernistas que atuavam na salvaguarda do patrimônio do país tinham dificuldade de incluir na lista os bens que não fossem coloniais como patrimônio arquitetônico.

O acervo arquitetônico dos séculos XIX e XX começou a ser reconhecido sob o ponto de vista estético a partir da década de 1960, iniciando um período de ampliação do número de bens patrimoniais do país. Até então se fazia necessário um recuo histórico mínimo, que se situava em meados do século XIX, para que um bem fosse considerado patrimônio nacional. Isso se mostra de forma bastante evidente no texto do anteprojeto para a criação do SPHAN, elaborado em 1936 por Mário de Andrade:

Devem pela mesma qualidade “histórica” ser conservados exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil. A data para que um exemplar típico possa ser considerado histórico e documental deve ser fixada de 1900 para trás, por exemplo, ou de cinquenta anos para trás. (ANDRADE, 1936 apud CAVALCANTI, 2000, p. 40).

Em 1962 é tombada a Igreja de Sant’Ana, inscrita no Livro de Tombo das Belas Artes como importante exemplar da arquitetura religiosa de Antônio José Landi, e também o Forte do Castelo, inscrito no Livro de Tombo Histórico por sua representatividade como primeira edificação militar da capital.

A Igreja de Sant’Ana representa mais um ponto importante na transformação das atitudes preservacionistas na cidade, tendo em vista sua inscrição apenas no Livro de Tombo das Belas Artes, enfatizando o fato de ter sido projetada pelo arquiteto italiano Antônio Landi e a suas peculiaridades estéticas projetuais, representadas por características incomuns na arquitetura nacional, como planta em cruz grega e a cúpula central: “*opinamos a favor do tombamento da Igreja de Santana, em Belém, estado do Pará, tendo em consideração sua arquitetura singular (sic), projetada pelo Landi*” (BRASIL, 1961).

Ao mesmo tempo que o tombamento individual assegurava a proteção do monumento, a ausência de políticas de preservação para o entorno deixava a

Figura 3 – Praça Maranhão, com vista para a Igreja de Sant’Ana, década de 1970
Fonte: retirado de <http://bit.ly/38YR8SO>. Acesso em: 15 set. 2015.



pós- | 6

vizinhança exposta às intervenções transformativas do contexto urbano local, consequentemente afetando o bem tombado. Essa situação ficou evidente com a demolição dos sobrados que ladeavam a Igreja de Sant’Ana e a substituição por novas edificações no local, alterando a ambiência do conjunto; a demolição da Fábrica Palmeira, na transição entre as décadas de 1960 e 1970, na quadra vizinha ao monumento, deixou uma lacuna por mais de quatro décadas no local, alterando a paisagem cultural da área, e com influência direta na visibilidade da Igreja (Figura 3), situação semelhante à que ocorrera duas décadas antes na Catedral da Sé.

O esforço empenhado em reocupar o vazio urbano dessa quadra central que representava o entorno imediato da Igreja de Sant’Ana, fomentou a realização de inúmeros projetos para o local e resultou na construção do Espaço Palmeira, equipamento público para trabalhadores do comércio informal, composto por um edifício-garagem e stands comerciais, inaugurado em 2004; esta obra não dialoga com o bem cultural tombado e presente no seu entorno imediato.

II MOMENTO (1960-1980): TOMBAMENTO DOS PRIMEIROS CONJUNTOS PAISAGÍSTICOS E PROTEÇÃO DO ENTORNO

O período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 tem grande representatividade com relação ao fortalecimento e diversificação do entorno como forma de preservação. Internacionalmente esse momento representou a expansão do turismo cultural como meio de valorização do patrimônio histórico, tendência que se manifestou pelo Brasil a partir da vinda de consultores da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na década de 1960, e da descentralização dos órgãos públicos de proteção do patrimônio na década de 1970 (MOTTA; THOMPSON, 2010). Essa mudança de postura com relação à política de preservação federal é citada

pelo arquiteto Renato Soeiro no Seminário sobre Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos, em 1978:

Desejo apenas esclarecer que o Patrimônio encontra-se em uma segunda fase. Houve uma primeira, de 1937 a 1967, em que o importante para os nossos trabalhos era o monumento histórico isolado. Na segunda, a partir de 1967, com o desenvolvimento mais rápido do país, sentimos a necessidade de mudar a política até então seguida. Foi então que, pela primeira vez, pedimos o apoio da Unesco, que nos enviou o Inspetor Principal dos Monumentos Franceses. Tornou-se então necessário que enveredássemos por outros caminhos, onde a preocupação maior residia nos planos diretores [...]. (SOEIRO, 1980, p. 49).

Em Belém, as transformações sofridas no cenário urbano refletiam cada vez mais no pensamento dos responsáveis pela preservação do patrimônio local. Os conjuntos urbanos começavam a figurar nas listas de bens com interesse a preservação e, em 1964, são tombados os dois primeiros conjuntos paisagísticos da cidade, o Conjunto Paisagístico do Cemitério N. S. da Soledade e o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, ex-Largo da Sé, ambos inscritos no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

O tombamento desses dois conjuntos paisagísticos representou o início do segundo momento de mudança no pensamento preservacionista na capital paraense. O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, eixo de convergência de importantes monumentos tombados individualmente – Catedral da Sé, Igreja de Santo Alexandre, Forte do Castelo e o antigo Hospital Militar –, foi tombado num momento em que a área precisava ser observada de modo mais amplo, tendo em vista algumas transformações já sofridas a partir da descaracterização e da demolição de sobrados nos arredores, que vieram a modificar a morfologia do local.

Nesse mesmo ano um grupo de arquitetos recém-formados, provenientes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vem a Belém, com o objetivo de constituir o curso de arquitetura, que daria origem à atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A partir de então o comportamento dos profissionais locais, engenheiros civis que já projetavam na cidade, com relação ao patrimônio edificado, passa por um processo de transformação, fomentado pelo interesse na preservação desse patrimônio, acompanhando um movimento que já ocorria no resto do país.

Em âmbito nacional, ao longo da década de 1970 observa-se um maior empenho do Iphan em efetivar um sistema nacional de proteção e elaborar os princípios de uma política de valorização dos centros históricos, tendo em vista as dificuldades do órgão em assegurar a proteção do acervo edificado, em especial àqueles situados em áreas alvo de processos de renovação urbana, definindo o planejamento das cidades como instrumento de preservação (MILET, 1995).

Inicia-se um processo de descentralização das ações em órgãos estaduais e municipais, enfatizando o sítio histórico como parte significativa do espaço urbano e atribuindo importante papel ao planejamento da cidade como instrumento de preservação. Merecem destaque como exemplos dessa nova postura o desenvolvimento de dois planos para Ouro Preto, em 1970 e 1975; o

Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife, de 1978; e o Plano Urbanístico de São Cristóvão, de 1980 (MOTTA; THOMPSON, 2010).

As mudanças do pensamento preservacionista do país, somadas aos problemas envolvendo a falta de preservação do núcleo histórico de Belém, já despertavam a atenção nos âmbitos federal e estadual, culminando na instalação de uma Delegacia do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no final da década de 1970 na capital (DERENJI, 2001).

Nessa época o Centro Histórico de Belém ansiava por medidas de recuperação, tendo em vista que as leis e regulamentações em vigor não evitaram as profundas mudanças na área. O centro, que ao longo da década de 1970 ainda exercia forte atração comercial e de lazer, com o surgimento dos *shopping centers* na década de 1990 e a mudança no pensamento dos usuários do espaço, transformava-se numa área cada vez menos valorizada e deteriorada, que se esvaziava continuamente.

No ano de 1974 o Palácio dos Governadores, também conhecido como Palácio Lauro Sodré, é inscrito no Livro de Tombo Histórico e de Belas Artes, a partir de proposta do arquiteto Augusto da Silva Telles (BRASIL, 1974), sob a argumentação de que seria um dos melhores e mais importantes projetos já concebidos por Landi e um dos grandes representantes da arquitetura civil no Brasil Colonial.

Percebemos aqui uma preocupação com o entorno construído e sua relação direta com a visibilidade do monumento, tendo sido solicitado além do tombamento individual do Palácio, o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça D. Pedro II:

[...] caso assim o julgue o Sr. Diretor, a transformação deste processo em diligência, a fim de que um arquiteto desta Repartição proceda a uma vistoria no local, ajuizando da oportunidade de inscrição nos Livros de Tombo, não deste Palácio individualmente, mas do conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça D. Pedro II. (BRASIL, 1974).

Ainda na década de 1970, no ano de 1977, o conjunto urbanístico do Ver-o-Peso é tombado, a partir de solicitação feita ao Ministério da Educação e Cultura pelo Conselho Estadual de Cultura, sob a iniciativa do historiador Ernesto Cruz. O tombamento do conjunto assumia importante papel no sentido de salvaguarda da imagem/paisagem do lugar, considerado sítio turístico mais importante da cidade:

[...] Constitui-se de fato em elemento único na feição pitoresca, e é ao mesmo tempo centro vital da cidade e síntese do caráter arquitetônico e paisagístico que o século passado lhe imprimiu. (BRASIL, 1977).

O conjunto, composto por mais de cem imóveis sendo a maioria casarios oitocentistas – dos quais destacamos o Mercado de Peixe, o Mercado de Carne, o Solar da Beira e áreas adjacentes, incluindo docas, a Praça D. Pedro II, o Boulevard Castilhos França, a Praça do Relógio e rua Marquês de Pombal – foi inserido nos Livros do Tombo Histórico, do Tombo de Belas Artes, e do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; ainda segundo o citado parecer “*quer como patrimônio histórico e artístico, quer como ambientação imprescindível*

aos monumentos tombados" (BRASIL, 1977), monumentos estes localizados nas suas imediações, como Forte do Castelo, Igreja de Santo Alexandre e Igreja da Sé, reafirmando a preocupação com a proteção ao entorno e com a preservação da ambiência local.

O tombamento do conjunto urbanístico do Ver-o-Peso expressou a consciência da preservação do lugar, que mantém a função de entreposto comercial até os dias de hoje e representa parte importante na história de transformação da paisagem urbana de Belém, a partir do momento em que os monumentos arquitetônicos que fazem parte do conjunto se inter-relacionam com os novos componentes da cidade contemporânea. É uma das mais belas paisagens do centro histórico que permaneceu com poucas alterações significativas, como a demolição ou a verticalização, em função da abrangência da proteção, porém ainda testemunha exemplos de má intervenção e descaracterizações em seu entorno.

Quase quatro décadas após os primeiros tombamentos individuais na capital, no ano de 1979, é implantada em Belém a primeira Diretoria Regional do Iphan, que assumia a responsabilidade pela jurisdição dos estados do Pará, Amazonas, Acre e Rondônia, além dos territórios do Amapá e Roraima, sob a direção do arquiteto Jorge Derenji, que já atuava em Belém como representante da Diretoria do Rio de Janeiro desde 1975.

Na época ainda não havia por parte dos empresários e da população de um modo geral a consciência do valor patrimonial, fator prejudicial para a atuação do órgão e que dificultava ainda mais a implantação de políticas na área, tendo em vista que o único valor buscado era o *progresso*, e a consequente destruição diária dos remanescentes históricos da cidade.

No início da década de 1980, Belém apresentava dezessete bens tombados nacionalmente e uma configuração espacial e urbana bastante transformada pela notável presença de edifícios verticais no centro, e pelo alargamento e alteração na *skyline* de importantes eixos de circulação da cidade, como a avenida Boulevard Castilhos França, com seu conjunto de sobrados ecléticos, que, visto da baía do Guajará, já possuía outro cenário, evidenciado com a construção do edifício sede do Banco Central, na mesma década.

A partir de 1986 configura-se, em âmbito nacional, o período de análises dos impactos gerados nas imediações dos monumentos, com identificação dos valores considerados e mecanismos usados nos processos de tombamento e delimitação do entorno. Nesse processo são utilizados critérios como escala, contexto histórico-paisagístico e legislação, considerados essenciais na definição do entorno de um monumento tombado. O entorno, reconhecido como zona de amortecimento, passa a ser considerado um elemento fundamental no processo de preservação de um bem, tendo em vista que o contexto social em que está inserido, juntamente às condições materiais das edificações do conjunto, influenciam diretamente em sua preservação (CABREIRA, RIBEIRO, KRAUSE, 2013).

É nesse contexto, no ano de 1986, que o Palacete Pinho é tombado pelo Iphan, por representar importante exemplo da arquitetura de finais do século XIX, tendo sido solicitado que se considerasse a área circundante, que incluía

os sobrados vizinhos e o terreno em frente ao palacete, pertencente ao mesmo proprietário.

[...] Sugerimos, também, que uma área de entorno seja considerada no tombamento, sobretudo os sobrados vizinhos e o terreno murado em frente ao palacete e que a ele pertence [...]. (BRASIL, 1980a).

O histórico de abandono do Palacete, iniciado após o falecimento das últimas herdeiras que o habitavam, na década de 1970, e agravado após sua venda a um grupo empresarial local, período em que foi transformado em depósito de materiais de fácil combustão, como colchões e botijões de gás, e o iminente risco de demolição do bem, resultaram na ação de tombamento como patrimônio histórico nacional.

Em um parecer constante no processo nº 1.024-T-80, da 1ªDR/SPHAN, o então diretor, Jorge Derenji, reconhece o valor histórico e artístico do bem, chamando atenção para seu péssimo estado de conservação e confiante na possibilidade de futuros investimentos na recuperação do edifício:

[...] Embora o quadro descrito seja um tanto desanimador, cremos que, aproveitando a disposição dos proprietários de, pelo menos tentarem preservar o prédio e não demoli-lo, uma vez que reconhecem a importância do prédio e o interesse que sempre despertou, seria conveniente que se fizesse um esforço para a recuperação do palacete. Assim, o tombamento poderia abrir a possibilidade de alocação de recursos que pudessem reforçar a ação a ser desenvolvida pelos proprietários, na recuperação do prédio, e garantir a qualidade destes trabalhos [...]. (BRASIL, 1980b).

Em 1989 foi realizada uma campanha, conduzida pela Associação em Defesa de Belém, visando a restauração do prédio, sensibilizando a Procuradoria da República, que, com base no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, propôs penalização aos proprietários, obrigados a recolher 5% da renda bruta mensal para um fundo destinado à restauração do bem, resultando na primeira reforma emergencial do imóvel, no início da década de 1990.

Com sua desapropriação, em 1992, pela Prefeitura Municipal de Belém, iniciou-se um processo de captação de recursos para o restauro, e apenas no ano de 1997 foram realizadas novas obras emergenciais na edificação, através de convênio entre Prefeitura Municipal de Belém e Ministério da Cultura. Apenas em 2003 foram iniciadas as obras de restauração do Palacete, com recursos obtidos através de incentivos fiscais da Lei Rouanet.

O tombamento do Palacete Pinho chama a atenção pela constante preocupação com o entorno imediato do monumento, e por representar uma nova possibilidade de alocação de recursos para a restauração de bens tombados. Além disso, a ausência de um plano diretor e de políticas que atuassem de modo mais abrangente no Centro Histórico despertaria, na década de 1990, o interesse do poder público, e culminaria com debates acerca da criação de uma legislação específica para a proteção do núcleo central da cidade, marcando o terceiro momento preservacionista em Belém.

III MOMENTO (1990): TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM

No ano de 1992 é realizado em Belém um congresso sobre a arquitetura de ferro, com um número recorde de duzentos e cinquenta inscritos. Até a realização desse evento não se tinha uma ideia muito clara acerca do valor artístico do patrimônio de ferro e que Belém possuía um dos maiores acervos preservados do país (comunicação pessoal⁶). A partir de então, mais uma transformação é observada, acompanhada pelo curso de arquitetura, no sentido de implantar disciplinas correlatas, prezando a especialização de profissionais.

⁶ Dados obtidos por meio de entrevista realizada com a arquiteta Jussara Derenji, em março de 2015.

⁷ Ibidem.

É importante ressaltar que, em abril de 1967, foi esboçada uma primeira legislação para a área histórica central da cidade, proposta por Augusto Meira Filho, que defendia uma ideia com resquícios do pensamento modernista das décadas anteriores, considerando a preservação apenas da arquitetura colonial do centro antigo, o que demonstrava a falta de preocupação e cuidado com alguns edifícios da Cidade Velha e com o bairro do Comércio/Campina, predominantemente eclético. (comunicação pessoal⁷).

Toda essa dinâmica com relação à proteção do núcleo histórico da cidade levou à criação, em 1994, da primeira legislação municipal de proteção ao patrimônio, aprovada na íntegra pela Câmara e resultando na Lei de Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém nº 7.709/94 de 18 de maio de 1994, que regulamentava o centro histórico e seu entorno, visando coibir a degradação e descaracterização acelerada do conjunto.

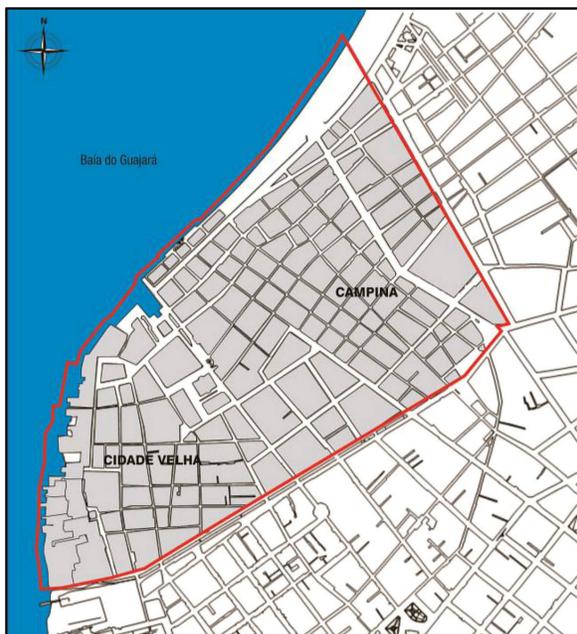


Figura 4 – Trecho do mapa de Belém com o Centro Histórico delimitado por poligonal estabelecida pelo município, abrangendo os bairros da Cidade Velha e Campina
Fonte: Arquivo digital do DPH/FUMBEL.

Por meio dessa , os imóveis situados na área dentro da poligonal do Centro Histórico (Figura 4) foram catalogados e classificados de acordo com o nível de preservação e o grau de intervenção que era possível em cinco categorias: preservação arquitetônica integral; preservação arquitetônica parcial; imóveis de reconstituição arquitetônica; acompanhamento; e renovação.

A área de proteção envolvia mais de três mil edificações dos bairros da Campina e Cidade Velha, incluindo imóveis públicos e privados, igrejas, edifícios institucionais e residências, que, a partir de então, ficariam sob a proteção municipal, e qualquer intervenção proposta precisaria passar por uma análise técnica dos agentes da Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel), responsáveis pela salvaguarda do patrimônio municipal.

A cidade começava a passar por um novo processo de transformação, agora marcado pelas constantes discussões envolvendo a preservação de seu patrimônio, e em 1995 é realizado um curso de especialização em preservação e restauração do patrimônio arquitetônico, destinado a arquitetos e

profissionais de áreas correlatas com interesse pela conservação e restauro, que já atuavam sem formação técnica específica. Esse curso formou a primeira geração de profissionais qualificados, e representou uma nova referência na mudança do perfil de atuação profissional na capital.

A década de 1990 simbolizava o estímulo ao crescimento da consciência preservacionista em Belém, e, no decorrer desse processo, foram elaborados alguns projetos, com escala urbana, visando resgatar o patrimônio local. Nesse cenário, merece destaque o Projeto Via dos Mercadores, ampla ação municipal desenvolvida em 1997 visando a recuperação das fachadas da Rua Conselheiro João Alfredo, de modo a preservar as características arquitetônicas daquele conjunto, considerado de grande importância histórica dentro do contexto urbano da área.

No longo período de ausências de políticas públicas e mecanismos de proteção eficazes no Centro Histórico de Belém, as edificações da área passaram por um gradativo e indiscriminado processo de descaracterização, sobretudo com relação às fachadas cada vez mais alteradas pelos proprietários, que buscavam aliar a atividade comercial à ideia de “modernidade”, e viam os amplos vãos como uma forma de atrair os consumidores, porém com pouco compromisso com a integridade física do bem arquitetônico.

Além das intervenções descaracterizadoras nos pavimentos térreos, que tinham seus vãos originais rasgados, os pavimentos superiores eram subutilizados e camuflados por painéis publicitários (estruturas fixadas nas fachadas, muitas vezes degradando a edificação) que criavam uma atmosfera poluída visualmente, deixando quase oculta a leitura das características do casario local e alterando drasticamente a morfologia urbana da área.

O Projeto Via dos Mercadores (1997) constitui mais um exemplo de tentativa de atuação no conjunto edificado do centro histórico, criando calçadas largas com mobiliário urbano para abrigar o comércio informal da área, no esforço pelo reordenamento dos trabalhadores do centro comercial e instalação de fiação subterrânea no local. Implementado por meio de parceria entre a Fumbel e a Secretaria Municipal de Urbanismo (Seurb), o projeto, iniciado em 1998, não teve continuidade por questões de ordem política. A área hoje se encontra novamente com problemas socioeconômicos, que compromete parte importante de seu patrimônio edificado.

Outro importante projeto desenvolvido em nível mais amplo no Centro Histórico foi o projeto Feliz Lusitânia, realizado pelo governo estadual, incluindo a restauração e requalificação em 1997 do antigo colégio episcopal, que abriga hoje o Museu de Arte Sacra do Estado, e a Igreja de Santo Alexandre; recuperação do Forte do Castelo; do antigo Hospital Militar, hoje Casa das Onze Janelas, que abriga um restaurante e o Museu de Arte Contemporânea do Estado; e, em 2007 a restauração da Igreja da Sé, inaugurada em 2013.

No ano de 1998 a Prefeitura de Belém, através de projeto desenvolvido pela empresa TC BR, empreendeu o plano Ver Belém, caracterizado por estudos de planejamento urbano para a reabilitação do centro histórico. O plano estabelecia seis setores e criava áreas com caracterização específica distribuídas da seguinte maneira: Setor 1 – envolvia o “Projeto Boulevard”, englobando atividades voltadas para comércio, turismo, lazer e entretenimento

no núcleo primitivo da região; Setor 2 – “Cidade Velha”, com o objetivo de consolidar o uso comercial e habitacional na área; Setor 3 – “Habitar o Centro”, incentivando o uso habitacional com um programa específico; Setor 4 – “Campina”, caracterizado pelo uso habitacional e de serviços, voltado a um comércio “mais qualificado”; Setor 5 – “Reduto”; Setor 6 – “Comércio”, com a consolidação e requalificação do comércio e serviços na área (NORAT, 2007).

Entre 2002 e 2005 a Prefeitura deu início a um plano para reabilitação do centro Histórico de Belém, realizando estudos para a instalação de habitação em imóveis históricos do bairro da Campina. Em 2005 deu continuidade ao projeto com a recuperação da Praça Frei Caetano Brandão (Largo da Sé), completando a reabilitação do núcleo inicial da cidade.

Ainda que algumas tentativas em nível macro não tenham tido continuidade devido a questões de cunho político, os governos federal, estadual e municipal continuaram desenvolvendo projetos pontuais para imóveis do Centro Histórico de Belém, alguns dos quais vieram a representar importantes intervenções no local, como é o caso do Ver-o-Peso e dos antigos galpões do porto, transformados no complexo turístico da Estação das Docas, representando a nova consciência preservacionista, que vinha a estimular a valorização por parte da população de sua herança cultural.

O projeto de intervenção no Ver-o-Peso, fruto de um Concurso Nacional de Arquitetura, promovido pela Prefeitura Municipal em 1998, em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), envolveu um conjunto de ações, que incluíam desde a restauração do Mercado de Peixe, até a requalificação da feira, com inserção de nova cobertura com lonas tensionadas e redistribuição dos boxes comerciais (Figura 5).

Apesar de tombado em conjunto, e de uma evolução sistemática no pensamento preservacionista, a inserção das lonas gerou opiniões diversas advindas de profissionais da área patrimonial, que em parte consideravam a solução bastante coerente, trazendo um ar de contemporaneidade à paisagem secular, e, por outro lado, tinham dificuldade de aceitar a intervenção, por considerarem o Mercado de Peixe como uma obra prima isolada e acreditarem que as lonas gerariam uma interferência visual.

O projeto da Estação das Docas constitui hoje um dos mais representativos exemplos de intervenção contemporânea em orla urbana (figura 5). Iniciado em



Figura 5 – A) Cobertura do Ver-o-Peso após requalificação, junho 2012. B) Estação das Docas, agosto 2014. Fonte: fotos por Márcia Teixeira Figueira Forte.

1997 e inaugurado em 2002, o projeto propôs a reutilização de três armazéns do porto para abrigar um complexo turístico e cultural, composto por um calçadão nas margens do rio, lojas, restaurantes, bares, teatro e grandes áreas de exposição e eventos, tomando como partido a utilização da estrutura de ferro existente, incorporando novas áreas cobertas, e permitindo, por meio da inserção de painéis de vidro nas fachadas o resgate da visibilidade do rio, oferecendo à população um importante espaço de cultura e lazer, que viria a alavancar a atividade turística na região (LIMA; TEIXEIRA, 2006).

Esses projetos trariam grandes benefícios para a região do Centro Histórico e importantes contribuições nos debates acerca da intervenção em monumentos tombados pontualmente; assim como no tocante à visibilidade do entorno desses monumentos, ampliando as discussões acerca da preservação do patrimônio cultural de Belém e contribuindo assim para uma evolução sistemática do pensamento preservacionista na capital.

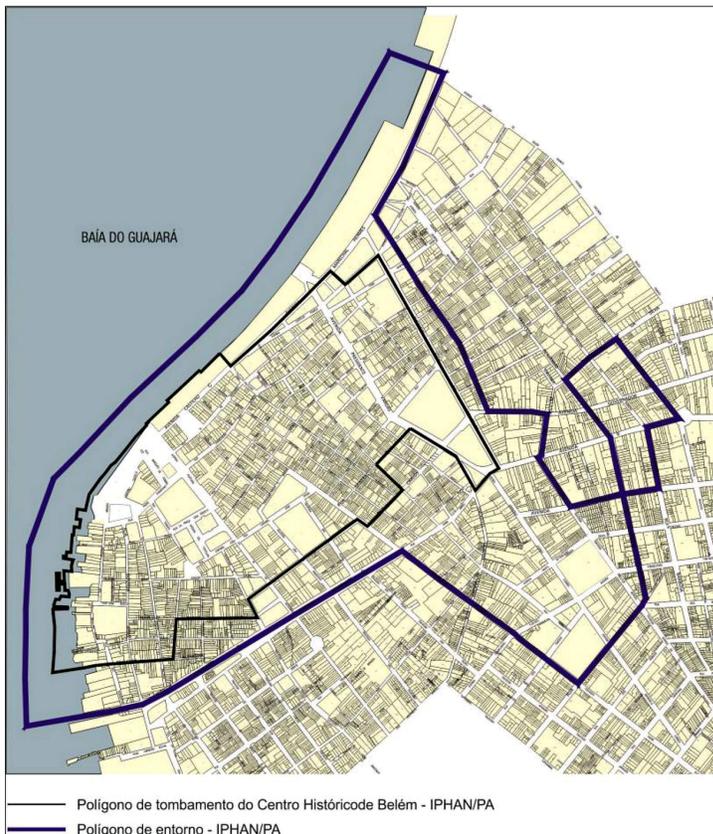


Figura 6 – Mapa do Centro Histórico de Belém, com polígono de tombamento federal e área de entorno
Fonte: Arquivo digital da 2ª Superintendência Regional do Iphan-PA.

No ano de 2012, quase duas décadas depois do tombamento do centro histórico pelo município, o processo de tombamento do conjunto urbano do Centro Histórico de Belém foi instruído pelo Iphan, e, a partir de então, foi criado um novo polígono de tombamento e entorno, incluindo os bairros da Campina e Cidade Velha (Figura 6). Atualmente a área abriga mais de três mil edificações, entre imóveis públicos e privados, que se encontram sob proteção, e qualquer ação realizada na área deve ser analisada nas instâncias municipal e federal, no intuito de preservar a ambiência do cenário remanescente.

Por não ser permitida a verticalização na área, foi inevitável o desinteresse de empreendimentos imobiliários na região, devido às limitações impostas pela legislação em vigor, o que ocasionou um esvaziamento urbano do local. Essa migração de interesses especulativos acabou por atingir a área circundante do conjunto, alvo constante de tentativas de alterações de gabarito, com o intuito de viabilizar a construção de torres cada vez mais verticais, se deparando com a resistência dos agentes responsáveis pela preservação desse importante conjunto urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento preservacionista em Belém passa por um claro processo de transformação nas últimas décadas, acompanhando as transformações sofridas no resto do país. A ampliação do conceito de patrimônio, visto inicialmente como um bem com valor histórico ou artístico, e que hoje envolve conjuntos, paisagens e tradições, resultou numa nova concepção: *patrimônio cultural*.

A expansão desse conceito e as mudanças no modo de pensar o patrimônio refletem no desenvolvimento urbano da capital, assim como na consolidação do Centro Histórico de Belém. Isso fica evidente quando se observam as transformações que ocorreram no entorno dos bens tombados individualmente, nos três momentos que marcam o avanço do pensamento preservacionista na cidade.

Ao introduzir o entorno à leitura do monumento tombado e posteriormente incluir o sítio como objeto de proteção, observa-se uma ampliação conceitual com implicância direta na responsabilidade do profissional junto ao ambiente construído; e uma interferência direta na forma de encarar o objeto isolado e suas relações com a paisagem urbana.

A incorporação do entorno ao monumento pôde garantir a preservação da ambiência de alguns conjuntos, porém, apesar do entendimento do conceito de patrimônio envolvendo a paisagem adjacente, outras transformações ocorreram na área do centro histórico, atribuindo ao mesmo novas paisagens que envolvem as permanências e a relação dessas com o rio. Isso ocorreu na intervenção realizada no núcleo inicial da cidade em 2002, envolvendo o Forte do Castelo e a subtração do muro que existia no local, alvo de muita polêmica, mas cujo resultado se traduz em uma paisagem atual e de forte aceitação pela população.

Ao observar a área, que constitui o núcleo primitivo da cidade, onde estão localizados os primeiros bens tombados pelo Iphan em Belém, incluindo a Catedral da Sé, a Igreja de Santo Alexandre, o antigo Hospital Militar e o Forte do Castelo, pode-se constatar que, apesar do avanço nas discussões envolvendo a temática preservacionista, como evidenciado nos pareceres de tombamento, a prática muitas vezes se desenvolve seguindo um ritmo diferente.

A problemática implica ainda questões que envolvem adaptar a novos usos os edifícios preexistentes e o impacto causado na vizinhança deles. Essa discussão ganhou repercussão em 2013 na capital, quando a imprensa veiculou a requalificação de um imóvel moderno, o edifício Bechara Mattar, localizado no entorno imediato da Catedral da Sé e da Igreja de Santo Alexandre, e sua adaptação para o uso de um *shopping center*, o que ocasionaria grande impacto na área.

A solução para que essas discussões sejam mantidas de forma madura e visando a preservação do centro histórico é o investimento na formação de profissionais comprometidos com a preservação patrimonial e o incentivo à qualificação técnica, fomentando a consolidação de equipes capacitadas de agentes públicos, assim como a ampliação dos debates junto à população de modo a estimular o instinto preservacionista.

Deve-se avançar ainda na elaboração de planos que considerem o sítio histórico de maneira mais abrangente, considerando a realidade a qual está exposto, de modo a manter essas áreas dinâmicas e, conseqüentemente, preservadas.

REFERÊNCIAS

- A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 11 abr. 1947.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 25/1937 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, DF, ano 49, p. 24056, 6 dez. 1937.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Divisão de Conservação e Restauração. *Ofício do Ministério da Educação e Cultura* [sem número]. Do parecer escrito à mão no tocante ao tombamento da Igreja de Sant'Ana, escrito por Paulo Barreto. DPHAN: Belém, 29 nov. 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. *Ofício do Ministério da Cultura e Educação: informação nº 64*. Proposta para o tombamento do Antigo Palácio do Governo – largo do palácio, Belém-PA, escrito por Augusto da Silva Telles. SPHAN: Belém, 22 abr. 1974.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. *Ofício do Ministério da Cultura e Educação nº 2648*. Do parecer no tocante ao tombamento da Ver-o-Peso e áreas adjacentes, escrito por Lygia Martins Costa. SPHAN: Belém, 9 nov. 1977.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Ofício do Ministério da Educação e Cultura nº 3270*. Do parecer no tocante ao tombamento do Palacete Pinho, escrito por Euler Santos Arruda. SPHAN: Belém, 15 jul. 1980a.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Processo nº 1024-T-80 da 1ª DR/SPHAN. Do parecer no tocante ao tombamento do Palacete Pinho, escrito por Jorge Derenji. SPHAN: Belém, 1980b.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. Bens tombados. *Portal do Iphan*, Brasília, DF, 15 fev. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/39XVdbl>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- CABREIRA, Cristiane Vieira; RIBEIRO, Rosina Trevisan; KRAUSE, Cláudia Barroso. Critérios, métodos e parâmetros de atuação no entorno e de bens tombados isolados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a visibilidade em questão. *PARC: pesquisa em arquitetura e construção*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 38-49, 2013.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- DERENJI, Jussara da Silveira. *As faces da cidade*. Belém: [s. n.], 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- LANÇAMENTO do edifício Manuel Pinto Silva. *O Liberal*, Belém, 1960.
- LIMA, José Júlio; TEIXEIRA, Luciana. Janelas para o rio: projetos de intervenção na orla urbana de Belém do Pará. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006. p. 189-222.
- MILET, Vera. *Estratégias de intervenções em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*. In: ZANCHETTI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera. *Estratégias de intervenções em áreas históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*. 1995. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995. p. 66-72.
- MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.
- NORAT, Roseane da Conceição Costa. *Moradia como meio para reabilitação de áreas e prédios históricos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- SOEIRO, Renato. Restauração e revilização de núcleos históricos: análise face à experiência francesa. *Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 30, p. 49, 1980.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro da bolsa de pesquisa ao primeiro autor; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo projeto Procad/Casadinho, processo nº 552690/2001-2; à Superintendência Regional do IPHAN por possibilitar o acesso aos processos de tombamento e mapas utilizados no trabalho; à FUMBEL pelos mapas fornecidos; ao arquiteto Flávio Nassar, por disponibilizar o vasto acervo fotográfico.

Nota do Editor

Data de submissão: 29/03/2017

Aprovação: 02/12/2019

Revisão: Tikinet

Márcia Teixeira Filgueira Forte

Universidade Federal do Pará. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
Mercedários UFPA, Portão 1, Boulevard Castilhos França, s/n, Campina – 66.013-030 – Belém – PA.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7733-8390>
marciatfforte@gmail.com

Thais Alessandra Bastos Caminha Sanjad

Universidade Federal do Pará. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
Mercedários UFPA, Portão 1, Boulevard Castilhos França, s/n, Campina – 66.013-030 – Belém – PA.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3811-9782>
thais@ufpa.br